



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2023 ---

Aos vinte e dois do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

A deputada municipal Anabela Martins Teixeira Peneda, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Martins Rodrigues. -----

O deputado municipal José Eduardo Ferreira Borges, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por José Daniel Martins Rodrigues. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas e dez minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. -----

Antes de iniciar a ordem dos trabalhos deu conhecimento à Assembleia Municipal de que o deputado municipal João Alarcão, por motivos de saúde, tinha apresentado a suspensão do mandato pelo que seria o deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva, eleito pelas listas do CDS, que passaria a integrar a Assembleia Municipal de Mondim de Basto. -----

1-Ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, deu conhecimento que lhe tinha sido entregue por parte do executivo uma resposta por



*J
me*

escrito a um pedido de informação solicitado pelo Partido Socialista em três exemplares pelo que referiu que a mesma seria distribuída pelos grupos municipais. -----

O senhor deputado **Fernando Avelino Oliveira Silva** iniciou a sua intervenção para se referir a uma petição que é pública e que, no fundo, pretende que o já falecido ex-Presidente de Câmara, Fernando Pinto Moura, seja homenageado com a atribuição do seu nome à Zona Verde, obra da qual foi o principal visionário e que à época permitiu tornar Mondim como uma referência em toda a região de Basto. Acrescentou que não podia deixar de se congratular que tal aconteceu enquanto Presidente eleito pelo CDS-PP, em mandatos em que Mondim sofreu um boom de desenvolvimento a vários níveis, sem que nesses monumentos esteja refletido em algum lado o nome de quem o concretizou. Manifestou o seu apoio a esta iniciativa peticionária de um conjunto de cidadãos e referiu que fazia votos para que tenha todo o sucesso pois uma terra que não honra os seus nem a sua história é uma terra sem futuro. De seguida, referiu outro assunto que está relacionado com vários editais que avisam a população da necessidade de, a partir do dia 18 de Setembro, a água de consumo público em vários lugares da Freguesia de Mondim estar imprópria para consumo e, como tal, só possa ser bebida depois de fervida. Uma vez que a autarquia usa e divulga a informação relevante nas redes sociais, considera que esta informação poderia e deveria estar divulgada neste canal. A questão que coloca é: o que é que se está a passar? Pode presumir que tal situação se deva ao deficiente funcionamento da estação de tratamento de águas da Serra da Piedade? De seguida referiu que outro dos assuntos de que queria falar está relacionado com o facto de, ao passar por Atei, ter verificado que foi pavimentada parte da estrada e no pontão do cilindro tal não aconteceu pelo que questionou se havia alguma razão para tal. Terminou a sua intervenção referindo e dando nota que a parte cultural tem tido um papel bastante relevante no contexto de atividade desenvolvidas pelo Município. Contudo, entende que abundância de atividades durante o período de verão, com fins-de-semana sucessivos bastante ativos e preenchidos, contrasta com alguns períodos ao longo do ano mais vazio, questionando se não poderia haver um maior equilíbrio nesse sentido e, porque não se pode dissociar todos os eventos da sua componente financeira, questionou qual o valor global que até a data tem sido gasto pelo Município. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature/initials

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que a 26 de janeiro foi aprovada na Câmara a abertura de diversos procedimentos concursais, dois deles na área de Gestão e Economia. Abriu entretanto o concurso para um técnico superior, na mesma área, tendo sido publicada a lista final por estes dias. Tendo sido aprovada a abertura para dois lugares, partindo do princípio que a necessidade ainda se mantém, questionou o senhor Presidente da Câmara no sentido de saber vai admitir um segundo técnico superior na área de Gestão e Economia. De seguida, referiu que passou quase um ano desde a data da assinatura de um memorando de entendimento entre todos os partidos nesta Assembleia que previa a atribuição de um apoio extraordinário a todas as crianças nascidas antes de 1 de janeiro de 2022, com menos três anos de idade, pelo que questionou sobre qual o motivo para o atraso na implementação desta medida. Questionou também no sentido de saber qual o valor gasto pela autarquia em carros novos e se alguma das viaturas foi financiada por fundos europeus ou outros. -----

O deputado **Carlos Filipe Meireles Macedo** iniciou a sua intervenção referindo que na última reunião confrontaram o senhor Vice-Presidente com o processo de contratação de serviços jurídicos, que naquela data ainda estava a decorrer, tendo ficado claro na resposta que o serviço seria entregue à mesma empresa com quem a autarquia já assinou o contrato para idêntico serviço. Nesta data, o contrato já se encontra publicado e por isso confirma-se o que adiantou o senhor Vice-Presidente e voltaram a contratar a Sociedade Advogados Clementino Cunha e Associados, destacando a duplicação do valor contratado. Mas hoje importa apresentar de novo as questões já colocadas anteriormente, até porque o senhor Vice-Presidente tinha referido que não era um assunto que dominava e que as questões teriam que ser colocadas ao senhor Presidente da Câmara. Assim, sendo do conhecimento público que o número quatro da lista do PSD à Câmara Municipal trabalha nesse mesmo gabinete e que, por via desse contrato, presta serviço à Câmara Municipal, questionou o senhor Presidente da Câmara no sentido de saber se se sentia confortável com esta contratação. Salientou que não estavam a avaliar a questão legal nem a competência. Mas nem tudo o que é legal é aceitável, que é o caso, pelo que questionou se não lhe suscitava nenhum problema ético por ter contratado o número quatro da sua lista e Presidente da Concelhia do PSD de Mondim de Basto. Ainda sobre



contratações, referiu que foi recentemente publicada a lista de ordenação final para a contratação em Engenharia Civil, tendo ficado em primeiro lugar nessa lista uma engenheira que tem um grau de parentesco com o senhor Presidente da Câmara. Sobre esse concurso importa esclarecer o seguinte: em que posição remuneratória irá ser colocada essa técnica? De seguida, referiu que por estes dias a Câmara publicou um vídeo com o senhor Presidente da Câmara e umas imagens muito bonitas a dar conta que a autarquia iria apoiar, até ao final do mandato, a execução de obras nas freguesias no valor de 840.000 euros no âmbito do Programa Acesso para Todos, querendo fazer parecer que é mais dinheiro do que na realidade é pois 840.000 euros são na realidade 35.000 euros por ano para cada freguesia. Considera que é muito pouco para uma Câmara Municipal que agora trabalha com mais 150.000 euros por mês. É muito menos do que, por exemplo, só para falar no caso concreto, prometeu em Ermelo onde se comprometeu a entregar, no mínimo, o valor anual igual ao que a Câmara recebe do parque eólico aí instalado. É menos, por exemplo, do valor que em 2019 o anterior executivo transferiu para as freguesias: nesse ano foram 277.000 euros e ainda se estava a pagar um milhão e meio de euros ao banco da dívida. O programa Acesso para Todos deveria mudar o nome para Acesso para Alguns porque o valor que a autarquia coloca neste programa é muito pouco para fazer face às necessidades mas percebe-se porque o dinheiro que deveria ser para as requalificações de caminhos, estradas e outras infraestruturas, está a ser consumido por gabinetes, postos de trabalho e frotas. De seguida referiu que foi publicado recentemente o último boletim municipal Primavera e que, quanto a isso, todos se lembram dos comentários do PSD, e em particular do senhor Presidente, que consideravam que era um boletim de promoção pessoal do Presidente Humberto Cerqueira. Considera que nesse campeonato está muito à frente visto que o senhor Presidente supera de largo o anterior Presidente. Outra coisa não seria de esperar com o investimento que tem sido feito na área da imagem e comunicação: as fotografias têm mais qualidade, o dinheiro agora serve para comprar máquinas fotográficas de topo de gama, contratar serviços externos de imagem e reforçar o gabinete de comunicação com mais um técnico superior. Mas esta não é a única diferença. Nos boletins anteriores, o Presidente aparecia a inaugurar as obras que ele idealizou e contratou; agora, grande parte



Handwritten signature

das fotografias são em obras idealizadas e contratadas pelo anterior executivo. Mas ainda há outra diferença bem reveladora da forma de estar do novo e do anterior executivo - no passado, respeitava-se o trabalho herdado, sendo certo que o PS não herdou assim tantas obras para terminar como o PSD mas as que herdou, no momento que as inaugurava, não escondia esse facto. Veja-se por exemplo a nota de imprensa da inauguração da Biblioteca Municipal que pode ser consultada no site da autarquia e leu um excerto: *“esta obra iniciada ainda no anterior mandato e concluída no atual”*. Não encontram algo minimamente parecido nas publicações do atual executivo. É realmente uma forma de estar diferente. Mas esta atitude não se resume às obras, também o fazem nos projetos: apresentam os projetos lançados pelo anterior executivo com textos como *“é um projeto que vai de encontro à nossa estratégia”*. Terminou dizendo que consideram que a justificação é a seguinte: para quem ao final de dois anos de mandato nada tem para apresentar aos mondinenses, nem obras, nem projetos, não resta alternativa que não seja tentar ficar com os louros das obras dos outros. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que iria iniciar a sua intervenção pelas obras de saneamento em Atei. Sabendo que as obras são precisas, são uma necessidade, causam imensos transtornos à população, referiu que não era para tocar no assunto mas devido à quantidade de reclamações que recebe todos os dias na sede de freguesia, considera que os seus ateenses não o iriam perdoar se não o fizesse. Há caminhos que estão todos rebentados há mais de um ano. Há famílias que viram as colheitas dos seus quintais todas estragadas devido à quantidade de pó que diariamente caía sobre elas, agora, com as chuvas, os buracos que são abertos e assim ficam tempos e tempos. Como é sabido, todas as obras causam transtorno mas tudo tem os seus limites. Na rua do Eiral, depois de um ano de estrada rebentada, ela foi reposta, e até ficou muito bem, mas passados dois meses voltaram a rebentar a rua toda para colocar um tubo que será para levar a água potável para a Etar, segundo ouviu dizer pelos trabalhadores que andavam a fazer o trabalho. Será que como Presidente da Freguesia e como responsável pela água não deveria ter conhecimento dessa situação? Aproveitou a oportunidade para dizer que, devido à demora em repor o paralelo naquela rua e à quantidade de camiões e máquinas que lá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

têm passado, que esse mesmo tubo, em vários locais, já se encontra todo amassado e danificado. Em relação à recolha do lixo, referiu que desconhecia qual o contrato que o município tem com a empresa mas que durante o período de verão houve muitos contentores a transbordar e os contentores não foram lavados (reclamação das pessoas). Acrescentou que também sabe que há muita falta de civismo por parte da população que aos poucos deveria ser trabalhada. Acha que o município deveria pensar em realizar campanhas de sensibilização e esclarecimento junto da população pois, infelizmente, ainda se vê muitos sofás nos montes e colchões nas valetas. Não quer acreditar que é ignorância mas sim falta de conhecimento pois basta ligar para o Município que o mesmo providencia a recolha desses objetos. Relativamente ao projeto do centro de Atei, referiu que vai fazer dois anos que o Executivo Camarário reuniu em Atei com o Executivo da Freguesia onde, nessa reunião, o executivo se comprometeu em fazer um projeto de requalificação daquele centro e a executar a obra. Referiu que gostaria de saber se o projeto já é uma realidade e para quando o início das obras isto porque aquele espaço está a tornar-se um perigo para a população que lá passa diariamente. Em relação à delegação de competências, referiu que era muito importante que, de uma vez por todas, dissessem se vão ou não entregar às freguesias as competências que estão previstas na lei. Todos assistimos ao triste episódio no início deste ano: o que era para ser um compromisso deixou de o ser. Entretanto, a sua freguesia, apesar da desconsideração e porque está disponível para colaborar no que diz respeito aos elementos da freguesia, aceitou o desafio que a Câmara lançou e aceitou, a título experimental e por valores claramente inferiores aos do mercado, a responsabilidade para limpar este ano as vias municipais da freguesia. Se era experimental, o normal seria que se iniciasse de imediato o processo para a referida delegação de competências mas até ao dia de hoje não houve uma única iniciativa por parte do executivo camarário. A lei prevê que nesses casos possa o assunto ser iniciado pelas freguesias. Assim o fizeram, levando a sua proposta devidamente fundamentada à Assembleia de Freguesia, tendo enviado para o senhor Presidente no dia 22/06/2023 tal proposta. Tinha o Presidente da Câmara trinta dias para apresentar a proposta na reunião de Câmara, para depois ser apresentada aqui nesta Assembleia. Receberam finalmente no dia 19/09/2023 uma resposta, três meses à espera



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Pme

de uma resposta a dizer apenas que deviam apresentar os documentos devidamente autenticados e certificados. Os três meses que esperaram por isto são um sinal de desconsideração. A sua freguesia pagou em 2022 para limpar o que não era da sua competência. Este ano estão a cumprir o mesmo com valores que lhes entregaram a título experimental. O que se ouve é que nas freguesias em que a Câmara assumiu a limpeza o trabalho não foi tão bem feito. Referiu que se arriscavam a ter que ficar com a sua freguesia se nada for feito e não aceitam a desculpa da falta de dinheiro ou o argumento que fazem mais barato pois não fazem. Considera que estão muito mais próximos e por isso questionou se queriam ou não avançar com o processo de delegação de competências ou irão continuar com este tipo de atitudes? Depois da última reunião em que se reuniu com o senhor Presidente da Câmara, em que falaram de confiança, manteve-se sereno e calmo e aguardou, confiando que algo de bom fosse acontecer na sua freguesia mas, depois de receber esta carta da Câmara, realmente não pode deixar de demonstrar a sua desilusão. Com esse assunto e em relação a isto só precisa de saber uma resposta muito simples: vão ou não vão aceitar a nossa proposta, porque 2024 está aí, ou simplesmente vão continuar a atrasar e a bloquear o processo? -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer aqui enquanto Presidente da Assembleia, e sobre o assunto que foi abordado pelo senhor deputado Fernando Silva sobre a atribuição do nome da zona verde, referiu que tinha tomado conhecimento de que alguém estaria a recolher assinaturas para uma petição e contactou a pessoa, manifestando-se disponível para assinar e para ser também proponente dessa proposta e, portanto, fá-lo enquanto cidadão e enquanto Presidente da Assembleia referiu que tudo fará para consciencializar aquilo que for possível entre os diferentes grupos municipais para que essa proposta possa eventualmente ter essa consequência e ter esse desfecho. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para, relativamente a intervenção do senhor deputado Fernando Silva que deu nota de uma petição, referir que naturalmente que a autarquia estará recetiva para receber os impulsionadores desta petição. Relativamente a água imprópria para consumo, teve agora a informação que efetivamente houve uma avaria em duas bombas, situação que está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

resolvida e as análises também já realizadas, pelo que a água está efetivamente em condições de consumo. Relativamente à pavimentação do pontal de Atei, referiu que a reparação e a reabilitação de um piso na empreitada não estava prevista para o pontal pelo que houve necessidade de uma nova intervenção ali mas deu nota que lhe parece muito mais que evidente que a curto prazo se deverá fazer a reparação e a reabilitação da estrada que liga Mondim de Basto ao concelho de Ribeira de Pena e, portanto, quando avançar esse procedimento será obviamente alvo também de reparação. Relativamente à abundância de oferta cultural, não sabe se foi um elogio ou se foi uma crítica. Efetivamente tem havido uma agenda bastante rica, não só tirando partido de uma nova infraestrutura, o Favo das Artes, em que só no ano passado se realizaram cerca de noventa espetáculos, espetáculos que são não só realizados por parte direta de contratação da Câmara Municipal mas também um espaço aberto para as associações e os clubes do concelho que têm visto neste espaço uma oportunidade também de poderem utilizar e portanto haver aqui um espaço também de partilha e de oferta cultural. Há uma concentração de facto no verão, temos obviamente as festas das freguesias que acabam também por complementar a oferta cultural, o que implica que haja um esforço maior da autarquia ao longo do ano que possa ter um reforço maior tendo em conta a ausência que existe com o complemento das iniciativas nas freguesias. Quanto ao orçamento da cultura, referiu que este está evidenciado no relatório, não sabendo precisar quanto, mas obviamente que ele é apresentado em todos os relatórios de contas. Assim, é possível também ter uma noção do investimento que o município tem na cultura e que começa também a ser cada vez mais um motivo de promoção do concelho tendo em conta a quantidade de pessoas que nos visitam para poder usufruir da nossa oferta cultural. Para responder à deputada Ana Patrícia que deu nota de um procedimento de gestão que está a decorrer, referiu que será obviamente para um posto de trabalho e que, se houver alterações e for necessário recorrer às listas, a proposta será sempre levada à reunião de Câmara. Relativamente ao memorando de apoio, referiu que está já em consulta pública o regulamento que terá efeitos retroativos, tal como teve o programa incentivo para a natalidade, portanto, independentemente daquilo que possa ser a aprovação, iremos ter obviamente também aqui o efeito retrativo para podermos cumprir aquilo que de facto



1
to
SVE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

foi o memorando tal como foi referido. Relativamente ao gabinete jurídico, crê que ficou patente na última reunião que o Vice-Presidente induziu em erro aquilo que era o procedimento e efetivamente já existe a contratação do gabinete jurídico e manifestou que estava confortável com essa contratação e esclareceu que não foi contratado o número dois ou o número quatro da lista do PSD à Câmara Municipal, foi contratado um gabinete cujo a pessoa em causa nem sequer é sócio. Acha que é importante esclarecer, e para que não haja aqui dúvidas, porque tem sido feito aqui algum ruído e alguma contra informação que não é verídica. Portanto convém afirmar que não foi contratado qualquer elemento das listas do PSD à Câmara Municipal e que obviamente continua a sentir-se confiante tal como estava aquando do procedimento. Deu nota também, uma vez mais, e já na altura também foi apresentado, que este procedimento vem extinguir uma avença que existia de serviços jurídicos na Câmara Municipal e portanto também a importância que foi a contratação dos serviços integrados sendo que será menos uma despesa também que teremos com a avença que autarquia tinha, que vinha ainda do mandato anterior. Relativamente ao engenheiro civil e à posição remuneratória, deu nota que nos últimos dois anos do mandato tiveram três pedidos de mobilidades, sendo que dois deles foram precisamente engenheiros civis, porque, segundo argumento deles, o valor que tinham da renovação tendo em conta as despesas de deslocação que tinham, fez com que pedissem mobilidade para outras entidades. De facto Engenharia Civil é uma área em que existe algum défice, o setor privado é competitivo, e portanto em termos do contrato que foi realizado, independentemente da pessoa, e presume que o senhor deputado não o tenha feito por maldade ao procurar fazê-lo em termos familiares, o que interessa aqui são os termos profissionais, terá uma remuneração acima daquela que é o valor base, tal como também iremos em breve recorrer à lista e a pessoa que iremos escolher terá exatamente a mesma proposta de vencimento. É uma área em que o setor privado é positivo e se a autarquia quiser ter os melhores terá também que se reajustar a essa procura. Acrescentou que queria deixar aqui implícito que, havendo recurso à lista, será exatamente pelo mesmo valor pelo que não existe aqui qualquer tipo de favorecimento. Relativamente ao valor do Acesso para Todos, é pouco mas é superior àquilo que era feito durante o mandato anterior, portanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

[Handwritten signature]

se é pouco agora era ainda “mais pouco” nos mandatos anteriores. Em termos de critérios, referiu que todos os procedimentos eram sempre realizados com as juntas de freguesias, têm sido feitos em comunhão e com a vontade expressa das juntas de Freguesia e são os Presidentes de Junta de Freguesia que têm também indicado quais são efetivamente os locais a intervir e, portanto, certamente que o senhor deputado não quer pôr em causa aquela que é a definição do local onde intervir porque é um processo em que existe o envolvimento dos Presidentes das Freguesias e é assim que irá continuar. Este ano, com esta votação e com as seguintes, crê que todas as outras freguesias foram beneficiadas com este programa. Foi um teste no ano passado e crê que já foi reajustado na forma como foi aplicado e que terão também melhores condições para continuar, tanto é que alguns projetos deste ano terão implicações nos orçamentos seguintes. Relativamente ao boletim municipal e àquilo que era a crítica que faziam no mandato anterior, recordou que uma das críticas que o próprio fazia era o facto de a Câmara contratar uma empresa para realizar e para desenhar estes boletins municipais. Portanto, gostava de dar nota que agora os boletins municipais são produzidos e desenhados pelos serviços da autarquia. Depois ao dizer que o atual presidente da Câmara é superior ao antigo Presidente, não sabe se foi real mas agradeceu de qualquer forma o elogio. Relativamente ao herdar as obras, referiu que, se o planeamento das obras tivesse sido outro, provavelmente já teriam sido inauguradas e há mais tempo. Ainda existem obras em que ainda não conseguiram resolver todos os procedimentos e acredita que o timing não é necessariamente aquele que todos desejam mas sim aquele que é possível e, de facto, se tivessem sido procedimentos realizados com outro rigor provavelmente essas obras já teriam aparecido no boletim anterior. Relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia de Atei e também aos seus comentários, relativamente às obras de saneamento referiu que, é sempre retórica, mas certamente que os outros presidentes de junta gostavam de ter esta dor e de ter o saneamento nas suas freguesias. Acha que, e já foi também referido em assembleias anteriores, que a forma como estava a ser restituída a pavimentação, depois das valas estarem abertas, não estava efetivamente a ser a melhor. Foi reconhecido que poderiam e deveriam ter sido mais céleres mas já foi uma melhoria, sem esquecer os desafios que os automobilistas tiveram mas que agora, depois de ver a



f
me

obra feita, certamente terão algum contentamento. Relativamente à rua do Eiral, referiu que estavam a cumprir o projeto e a informação que tinha é que será em breve substituída uma conduta. Dar nota de que em qualquer intervenção nas freguesias os Presidentes de Junta devem ser tidos em consideração a comunicação deverá ser feita. Relativamente ao centro de Atei, deu nota que para aproveitar o Programa do Portugal 2030, esse é um dos projetos que irá constar na proposta do plano, ainda não foi definitivamente aprovado em termos de CIM, mas deu nota que queria efetivamente avançar com a obra. Relativamente à questão colocada sobre o lixo, referiu que iria reportar aos serviços e tentar perceber efetivamente o que é que pode ter falhado e o que é que podem melhorar. Relativamente às transferências de delegações de competências, manifestou que foi feito um teste e que irão fazer muito em breve a avaliação para avaliar efetivamente o que é que correu bem, o que é que se pode melhorar. É um processo que não interfere diretamente com a delegação de competências. Relativamente à delegação de competências esclareceu que efetivamente o prazo dilatou porque existia um conjunto de dúvidas jurídicas, algumas delas já foram até reportadas, e portanto naquilo que for a vontade dos Presidentes de Junta em levar o processo, irão cumprir aquilo que a lei determinar e não mais do que isso. -----

O deputado **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que sobre o que falou relativamente às contratações obviamente que não é uma questão pessoal, nem estão aqui à procura disso, até porque tem relações de amizade pelo menos com uma das pessoas de quem falou. No entanto já perceberam que a noção de ética e moral se alterou um bocadinho desde 2021. Todos se recordam quando encheram as bocas nas redes sociais de ética e moral com casos que não suscitavam grandes dúvidas e onde os possíveis conflitos de interesse estavam devidamente salvaguardados. Mas hoje a contratação de serviços do Presidente do PSD e, mais grave que isso, a contratação de serviço a um vereador (porque na realidade enquanto número quatro da lista tem ocupado por diversas vezes esse lugar), essa contratação de serviços já não lhes suscita qualquer reserva. Em menos de dois anos, a vossa ética e moral passou a ser muito mais permissiva e isto é algo que não se fica por este episódio, com claro prejuízo para o interesse público. Relativamente ao Engenheiro Civil, referiu que pela primeira vez a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Câmara vai colocar uma técnica superior, a partir do primeiro dia de contrato, na posição remuneratória quatro, a que corresponde o vencimento mensal de 1754 Euros, mais 434 Euros por mês do que, por exemplo, o último contrato com a Veterinária Municipal, também ela técnica superior. Como se justifica isto perante os recentes contratados e, pior que isso, perante os técnicos superiores com anos de casa que passam a ganhar menos que alguém recentemente contratado? Representa também esta opção um valor que será certamente superior a cinco ou seis mil euros por ano aos cofres da autarquia. A contratação de um familiar exige obviamente uma especial atenção pelos motivos que facilmente todos percebem, mas este processo é particularmente especial porque a colocação de um trabalhador numa posição remuneratória que vai permitir ganhar mais que todos os outros técnicos superiores no momento em que são contratados é uma decisão discricionária, uma decisão que resulta da vontade do Executivo. É a primeira vez que acontece neste município e acontece exatamente com um familiar do senhor Presidente da Câmara. Referiu que na Lei geral do Trabalho em Funções Públicas, o número 9 do artigo 38 que se debruça exatamente sobre a determinação do posicionamento remuneratório diz o seguinte: após o encerramento do procedimento concursal a documentação relativa ao respetivo processo negocial é pública e de livre acesso. Questionou onde se podia encontrar a referida informação no presente momento, publica e de livre acesso e como sustentou o senhor Presidente esta opção. Relativamente ao Acesso para Todos, referiu que tinha dado o exemplo que em 2019 o Partido Socialista tinha dado 277.000 Euros só naquele ano. Quanto ao boletim municipal, o que queria dizer, e acha que o senhor Presidente também percebeu, até é um homem bem-parecido mas que agora aparecia muito mais vezes nas fotografias do que o antigo Presidente Humberto Cerqueira. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que gostava de perguntar novamente qual o valor gasto pela autarquia em carros novos e se algum desses foi financiado por apoios. Em relação ao primeiro assunto que falou, tem conhecimento que foi aprovada na Câmara a abertura de duas vagas, sabe também que apenas abriu uma, pelo que perguntou se o senhor Presidente sabia dizer se vai colocar ou não uma segunda pessoa. Mais acrescentou que em segundo lugar da lista ficou o atual



Handwritten signature/initials

secretário do Gabinete de Apoio à Vereação e deputado desta Assembleia, o senhor José Brás, pelo que perguntou se iria colocar o segundo da lista. Em relação ao Regulamento de Apoio às Crianças, discorda do senhor Presidente que seja a mesma coisa pagar em retroativos ou herdando o dinheiro porque considera que esta é uma forma de minimizar a injustiça de que foram alvo estas crianças, foram excluídas no Regulamento de Apoio à Natalidade, mas também pelo período exceccionalmente difícil que as famílias vivem hoje em dia, com o aumento do custo de vida em resultado das elevadas taxas de inflação. ---

O deputado **Fernando Avelino Oliveira Silva** iniciou a sua intervenção para esclarecer uma nota face à questão da cultura, se foi um elogio ou não foi um elogio, que várias vezes fez referência à parte cultural de Mondim pelo que é um elogio claro. Aquilo que distingue de alguma forma os executivos nasce da parte cultural. Mas entende que esta fatura pode trazer alguma preocupação em termos de gestão - se o orçamento permite nada a obstar - não esquecendo que há áreas fulcrais que não podem ser esquecidas e, relativamente à parte do orçamento, tudo depende do valor pago aos artistas e a quem promove os espetáculos. Relativamente à parte do vazio ao longo do ano, referiu que foi apenas uma sugestão. Há períodos do ano em que temos lacunas, há falhas, há vazios, e pode de alguma forma haver uma articulação para de alguma forma se tornar esses tempos mortos mais preenchidos. Fica apenas esse esclarecimento. -----

O deputado **José Ricardo Brás de Oliveira** iniciou a sua intervenção dizendo que gostava que não retirassem tempo ao PSD porque queria defender a sua honra pessoal e, aqui neste caso, falar diretamente para a senhora deputada Ana Patrícia Alves que se referiu à sua pessoa. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, interrompeu a intervenção do senhor deputado dizendo que teria naturalmente todo o direito de intervir mas que esse tempo seria retirado por considerar que não houve ofensa à honra, não viu nenhuma ofensa a não ser uma interpolação ao senhor Presidente da Câmara, pelo que solicitou que os serviços contassem o tempo. -----

O deputado **José Ricardo Brás de Oliveira** retomou a sua intervenção dizendo que o senhor Presidente da Assembleia Municipal continuava sempre neutro em todas as suas posições. Respondendo em concreto a senhora deputada Patrícia Alves questionou o



Handwritten signature

seguinte: deve perder direitos enquanto cidadão por ser secretário do Gabinete de Apoio à Vereação ou Deputado Municipal? Acrescentou que em 2021 também tinha concorrido a um procedimento concursal da mesma Câmara Municipal pelo que questionou qual era a lógica: se vê o seu projeto de vida em Mondim de Basto, se sempre foi uma coisa que quis, viver e trabalhar cá, qual é o problema? E porque a senhora deputada personalizou na questão do deputado e do secretário da vereação, assumiu que concorreu porque quer viver para sempre em Mondim e quer fazer a sua vida cá e o lugar de secretário da vereação é, como todos sabem, um lugar político que pode ser desnomeado a qualquer altura. Preferiu a estabilidade e ficou em segundo lugar, nem ganhou. Referiu que a senhora deputada quer saber se vai ser contratado ou se o familiar vai ser contratado quando o que tem que perguntar é se vai cumprir com as listagens. Entende que se quer pôr em causa os concursos, está a fazer uma afirmação grave que tem que provar. Terminou dizendo que não percebia a questão da senhora Deputada mas que era importante que a senhora deputada esclarecesse então. Percebeu que o senhor Presidente da Assembleia não considerou que estava a ferir a sua honra mas da sua honra ainda é o próprio que toma conta dela. Portanto acha que, de alguma forma, a senhora deputada está a ser deselegante e não está a responder à verdade mas que também não era por isso que se iriam chatear. -----

O deputado **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dar uma pequena nota relativamente ao que disse o senhor deputado Fernando Silva: realmente há uma diferença: há o anterior executivo que constrói uma casa da cultura e há o atual executivo que organiza lá os eventos. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que entende que falou português correto há pouco quando disse que o Presidente do PSD e o candidato a vereador não tinha sido contratado e que não é sócio da empresa com quem foi feito o ajuste pelo que crê que ficou mais do que evidente, e não vale a pena repetir novamente. Acha que até é de mau tom o que fez e fê-lo nesse sentido. Acha que o senhor deputado se devia retratar das afirmações porque na sua primeira intervenção já tinha explicado que o gabinete que foi contratado e que a pessoa a que se referiu nem é sócia desse gabinete. Portanto, entende que não faz sentido



1
SNE

nenhum voltar outra vez com esse assunto. Depois referiu que ficou confuso porque há pouco perguntaram qual é que era a posição remuneratória da Engenheira Civil, agora já dizem que a posição é a número quatro, portanto, se sabem porque é que perguntaram qual é que era? Referiu que devia de haver aqui também há alguma coerência porque se perguntam é porque não sabem, mas depois já sabem que afinal é a quatro. Isto deixa-o um pouco confuso. Referiu que, independentemente destas confusões todas, o deputado poderia ter sido direto. Desconhece se é a primeira prática ou não nesta Câmara Municipal, com o seu mandato é certamente, e portanto não há aqui um termo de comparação e entende que explicou perfeitamente o porquê da justificação com esta área específica de Engenharia Civil. Relativamente à aquisição não respondeu mesmo por esquecimento mas esclareceu que a aquisição foi feita com capitais próprios através de leasing, com exceção de uma viatura que foi pelo fundo ambiental, portanto com leasing e com capital próprio do município, não há nenhuma candidatura. Para responder ao deputado Fernando Silva, referiu que recentemente foi elaborada uma agenda cultural trimestral, em formato de papel e também disponível online, para concentrar e divulgar as atividades. Para finalizar, e em relação ao comentário do deputado Carlos Macedo, de facto os edifícios por si só não geram cultura, o edifício é importante mas só as paredes não geram cultura, e a dinamização que está a ser realizada, sim com um edifício novo, é que temos que evidenciar mas depois também é o que se faz com esse edifício. Efetivamente existe neste momento o Favo das Artes com condições para recebermos grandes eventos e temo-lo feito também ao longo do ano (obviamente que sem o edifício que seria mais difícil). -----

O deputado **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que a hipocrisia realmente não era muito o seu forte mas que sobre o serviço jurídicos todos, aqui nesta sala e em Mondim, sabem quem é que trata com a Câmara e, embora não seja sócio, é trabalhador da empresa que trabalha com a autarquia. Relativamente à Engenheira Civil, esclareceu que tinha preparado o texto ontem mas que a informação do valor tinha saído neste dia em Diário da República. A pergunta que tinha feito era uma pergunta de retórica. -----



Handwritten signature/initials

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que talvez o senhor deputado José Brás se tenha sentido incomodado pela relação pessoal que têm mas não era de todo pessoal e, alias, não um ato isolado. Em relação à pergunta que fez sobre os carros, a necessidades dos mondinenses e as necessidades do concelho vão muito além das necessidades das condições de serviços da autarquia. Há outras necessidades, também urgentes, com as quais os mondinenses convivem todos os dias. Veja-se as estradas. Não pode gastar 800.000 Euros em viaturas para os serviços e depois dizer que não tem dinheiro para compor as estradas. É caso para dizer que há carros novos para a Câmara enquanto os mondinenses arruinam os deles nas estradas do concelho. -----

1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que não havia correspondência recebida. -----

2. Ordem do dia: -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 30 de junho de 2023 -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que viu, em diferentes sítios onde tem estado, que quem não esteve na última reunião não precisa de se abster em ata e que não vota por não ter não estado presente. Faz sentido pois a abstenção é uma tomada de posição e se a pessoa não esteve na reunião não faz sentido tomar uma posição sobre uma reunião onde não esteve. É uma questão que parece simples pelo que sugeriu que adotassem esse procedimento para a aprovação das atas. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 30 de junho de 2023 que foi aprovada por unanimidade dos presentes (não votaram os quatro membros que não estiveram na sessão). -----

2.2- Designação de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto, também Presidente de Junta de Freguesia, para representar as Juntas de Freguesias de Mondim de Basto no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) -----



gre

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que o Partido Socialista propunha como representante no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses o Presidente da União de Freguesias de Campanhó e Paradança, Joaquim Augusto Silva Pereira, e como substituto o Presidente da Junta de Freguesia de Atei, Joaquim Agostinho Mota Pereira.-----

Não havendo mais propostas, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo sido designado, por maioria, como representante no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses o **Presidente da União de Freguesias de Campanhó e Paradança, Joaquim Augusto Silva Pereira, e como substituto o Presidente da Junta de Freguesia de Atei, Joaquim Agostinho Mota Pereira.** -----

2.3- Aprovação da Nomeação do Revisor Oficial de Contas -----

O deputado **Fernando Avelino Oliveira Silva** iniciou a sua intervenção para, antes de entrar na discussão deste ponto, fazer um pequeno comentário relativamente à votação anterior. Recorda-se que em anteriores mandatos se ter procurado que fosse um presidente de junta de diferentes partidos. É pena que não se tivesse tido oportunidade de fazer esse tipo de articulação. Relativamente a aprovação desta nomeação, gostaria de saber qual foi a justificação para a decisão de abertura de um processo por ajuste direto e não por consulta prévia ou concurso público. No seguimento da decisão da escolha do procedimento por ajuste direto, qual foi a razão apresentada para a escolha da empresa. Presume que lhe vão dizer, à partida será essa a lógica, que foi o valor. Como sabem, é obrigatório apresentar uma justificação para a escolha do tipo de procedimento e a escolha das empresas a convidar. A questão tem a ver com o facto de se utilizar sistematicamente as questões do ajuste direto, parecendo-lhe que a consulta a outras empresas poderia tornar o processo mais transparente. Aliás, entende que devia haver uma preocupação com a redução da abertura de procedimentos por ajuste direto. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Aprovação da Nomeação do Revisor Oficial de Contas** que foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor e uma abstenção. -----

2.4- Aprovação da Alteração da Organização dos Serviços Municipais do Município de Mondim de Basto -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

X
me

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dar uma breve explicação e dizer que este ponto está diretamente relacionado com o ponto seguinte e portanto, queria dar uma explicação também de forma conjunta. Essencialmente esta alteração prende-se com três situações. Uma delas é corrigir a existência já de duas secções mas que não têm providos os respetivos coordenadores. Já existem duas secções no município mas não existe mapa de pessoal para esses dois coordenadores. Depois, outra alteração também tem a ver com a alteração que foi feita recentemente na DCET. Entendem que será uma estrutura que irá permitir agilizar uma divisão, que é importantíssima, portanto está descrito quais é que são as secções a criar, que estão bem definidas e vão de acordo com aquilo que é a organização dos serviços que pretendem efetuar. Sempre assumiram que estas alterações são dinâmicas portanto, essencialmente, tem a ver com o melhor funcionamento desta divisão. E depois a outra alteração também profunda tem a ver com uma candidatura ao Radar Social que obriga que haja obrigatoriamente os três lugares dos técnicos que irão proceder à concretização do projeto para se poder efetuar a candidatura. Portanto é aqui uma obrigação legal, não é opcional. Se quisermos efetivamente realizar a candidatura temos que possuir três lugares no mapa pessoal referentes às áreas onde as pessoas irão intervir. Portanto, essencialmente são essas as três alterações que estão patentes, não só na alteração da organização, mas depois há o mapa de pessoal, e um sem o outro não tem efeito. -----

O deputado **Fernando Avelino Oliveira Silva** iniciou a sua intervenção dizendo que queria agregar o ponto 2.4 e o ponto 2.5 na sua intervenção e nas suas considerações. Tal como tem vindo a referir sobre as várias alterações encetadas no quadro de organização dos serviços municipais, parece-lhe que continua a haver alguma desorientação na forma de reorganizar os serviços municipais. A verdade é esta: são constantes as mudanças. Na atual organização dos serviços existem cinco divisões, mais cinco unidades orgânicas flexíveis e duas secções. Na proposta agora apresentada acrescem sete secções, passando a totalidade das chefias, nos seus diversos níveis, a ser dezanove. Tendo em conta que cada secção vai ter uma chefia, questionou qual é o número de funcionários afetos a cada uma das novas secções agora propostas. O número de funcionários afetos a cada uma das novas secções justifica a criação da chefia? Decorrentes estas questões, observando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature

o organigrama verifica-se que na secção dos recursos humanos existem dois funcionários. Justifica-se a criação de uma chefia? Por outro lado, por que razão é criada a secção Coordenação Geral quando há um chefe de divisão a coordenar toda a divisão? Não haverá aqui uma sobreposição de competências? Num município com pouco mais cinco mil habitantes e com 182 funcionários, dos quais cinco são chefes de divisão, outros cinco chefes de unidades, nove chefes de secção, não haverá aqui uma clara desproporção entre as necessidades efetivas do concelho e o número de chefias? Precisaremos assim tanto de tantas chefias numa articulação de funcionamento que pode comprometer o seu próprio funcionamento? Não pode deixar de considerar que só para a Unidade de Ação Social vão entrar agora quatro psicólogas e mais quatro técnicas superiores. Há um programa é verdade mas é a unidade orgânica com mais técnicos superiores: ao todo são onze. Face a isto, não estaremos a atingir um excesso de despesas com pessoal? Retomando um assunto que já foi abordado, referiu que tinha um conjunto de questões e que gostava de ser esclarecido. É verdade que a Engenheira Civil que entrou negociou a sua posição remuneratória e ganha mais do que todos os outros colegas mais antigos? Com quem e como foi negociado esse acordo? No procedimento concursal estava previsto a negociação da posição remuneratória? Quais foram os critérios para definir a posição remuneratória? Com esta decisão, entende que se cria uma situação de desigualdade de tratamento para com os técnicos superiores que se devem sentir muito justamente discriminados. Aproveitou para lhes endereçar a sua solidariedade institucional. Pensava que nesta atual gestão não existisse tal facto a exemplo do que aconteceu em mandatos anteriores de gestão socialista. Por fim, verifica-se que a DCET sofreu uma profunda alteração na sua estrutura orgânica. Que razões motivaram tal necessidade? Passaram a existir novas competências ou mantém-se as mesmas? Tendo a DPOT sido alvo de várias críticas no seu funcionamento, nomeadamente no que respeita à aprovação de projetos, por que razão para essa divisão também não foram feitas nenhuma alterações? -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que era quase impossível estar aqui e ouvir o senhor deputado falar



em mandatos anteriores pois a situação de alteração da posição remuneratória que referiu não foi feita enquanto foi Presidente da Câmara. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que contabiliza nesta alteração da organização dos serviços nove novos lugares de coordenação. Sabe que a pergunta já foi feita na passada reunião de Câmara e que nessa altura o senhor Presidente disse que não tinha informação pelo que queria perguntar agora qual o valor da despesa associada a estes novos lugares de coordenação. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para referir que se esqueceu há pouco de dar nota que também estão previstas neste ajuste duas aposentações que entretanto ocorreram. Relativamente aos comentários feitos sobre os recursos humanos, como disse o senhor deputado do CDS, só existem duas pessoas mas que uma dessas coordenações já existe neste momento e esta é uma daquelas que iremos corrigir porque falta efetivamente no mapa do pessoal e iremos corrigir aquilo que é a necessidade de colocar o lugar de coordenador. Esta não a estamos a criar pois é uma das que já existe e precisamos de inserir esse lugar no mapa de pessoal. Relativamente a ação social lembrou que a Câmara assumiu as competências na área social e portanto grande parte desses recursos humanos e técnicos superiores também vêm dessa assunção das competências que nos foram afetadas. E depois, para esta candidatura, efetivamente é nesta área que estão refletidos os membros para o Programa do Radar Social, daí também este reforço na área da Ação Social. Relativamente à questão remuneratória, no cumprimento da Lei, compete ao Presidente da Câmara fazer essa alteração ou não. Portanto não há nada que não esteja a ocorrer anormalmente e também já aqui referiu inclusive que vai haver necessidade de recorrer à lista e que será exatamente o mesmo valor que será proposto. Efetivamente há aqui um critério e outros colaboradores do município poderão não ter o mesmo rendimento mas isso são questões que têm que colocar aquando da sua entrada. Relativamente às nove coordenações e ao seu impacto, referiu que esta alteração não tem qualquer impacto financeiro, só terá se efetivamente as pessoas forem nomeadas. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que normalmente, quando se propõe uma alteração, é com algum objetivo, não estamos aqui



só a fazer de conta. O senhor Presidente apresenta hoje, a meio do mandato, mais uma nova proposta de reorganização. Torna-se uma constante. Argumenta ou sustenta esta proposta na necessidade de ajustar os objetivos do mandato, obter mais eficiência, mas diz que não vai meter ninguém. Vamos já no terceiro ajuste: será que é à terceira que é de vez? Justifica também com a complexidade dos procedimentos de contratação pública. Ora bem, a autarquia e todas as autarquias convivem com esta complexidade há alguns anos sem necessidade de um lugar de coordenação. Sustenta ainda este aumento de lugares com o princípio da delegação de competências. Já hoje falamos sobre isso. Se o Executivo efetivamente acreditasse nesse princípio de delegação de competências deveria começar pelo cumprimento da Lei e entregar as competências às freguesias. Isso sim permitia maior proximidade, eficiência e eficácia. Dispensava logo a partida um lugar de coordenação para esta área. Justifica ainda também com o princípio da eficiência como falou. Certamente que a eficiência não se mede apenas com aquilo que conseguimos fazer. Eficiência é conseguir alcançar resultados com o mínimo de recursos possível sem desperdício. Eficiente seria isso, conseguir fazer mais com os mesmos recursos. Ora aquilo que os senhores têm feito até agora foi contratar, gastar, investir nos gabinetes, sem que se veja mais resultados. Esta é mais uma medida que o senhor Presidente não sabe, inclusive, dizer quanto é que vai custar. Se calhar devia mesmo pensar no lugar de gestão ou economia. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da Alteração da Organização dos Serviços Municipais do Município de Mondim de Basto que foi aprovada por maioria, com nove votos a favor e doze abstenções.** -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para fazer a declaração de voto do Partido Socialista no sentido da abstenção dizendo que, em bom rigor, esta proposta seria chumbada e que seria esse o seu objetivo, antecipando já qual seria a atitude do PSD em dizer que não os deixam governar. Toda a gente sabe, toda a gente tem Facebook, pelo que não haverá por isso lugar para mais uma oportunidade para a Câmara e para o PSD lançarem a mentira, a demagogia na praça pública dizendo que não fazem porque não os deixam. -----



2.5- Aprovação da 3ª Alteração do Mapa de Pessoal do ano de 2023 -----

O deputado **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que a posição do Partido Socialista relativamente a este assunto continua a ser a mesma. Constatam que se continua a criar lugares de chefia, de coordenação, o que revela uma gestão do erário público completamente arbitrária sem que daí resulte uma melhoria na prestação dos serviços. Preconizando uma comparação entre o ano de 2021 e o atual, o número de postos de trabalho em 2021 eram 170 e o atual número de postos de trabalho é de 244. E vamos agora retirar daqui os 35 funcionários da escola. Mesmo assim, são mais lugares criados em menos de dois anos. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Aprovação da 3ª Alteração do Mapa de Pessoal do ano de 2023** que foi aprovada por maioria, com nove votos a favor e doze abstenções. -----

2.6- Aprovação da Primeira Alteração ao Regulamento de Apoio ao Transporte de Estudantes do Ensino Superior Residentes no Concelho de Mondim de Basto-

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para explicar o porquê desta alteração. Constatamos que alguns dos nossos estudantes do ensino superior cujas instituições iam além das rotas que foram inicialmente criadas, nomeadamente a rota de Mondim – Vila Real, a rota Mondim-Guimarães-Braga e Mondim-Amarante-Porto. Efetivamente havia alunos que estudavam em instituições que iam além dessas rotas e, por forma a conseguirmos também aqui maior equidade no apoio, surgiu a necessidade dessa alteração para que esses alunos, que não integram estas rotas, que continuarão a ser asseguradas pelo município de Mondim de Basto, o possam fazer e ser ressarcidos através do bilhete de transporte público. -----

O deputado **Fernando Avelino Oliveira Silva** referiu que queria apenas deixar aqui algumas considerações relativamente ao regulamento. A primeira é que não pode deixar de assinalar a deficiente rede de transportes e, de alguma forma, a resposta é a necessidade de criar condições para permitir o acesso dos estudantes à rede pública de transporte. Se lhe perguntarem se seria esta a sua solução a resposta seria negativa. Na sua ótica, o anterior regulamento beneficiava estudantes, em detrimento de outros cujos estabelecimentos ficavam fora destas rotas, primando, de alguma forma, pela falta da



Handwritten signature

equidade no tratamento de estudantes e este regulamento vem suprir isso. Havia estudantes que beneficiavam, ficavam nas rotas, e havia outros que teriam que ter custos acrescidos. Este regulamento procura suprir esta deficiência, aparentemente corrigida, exigindo no entanto, e isso não deixa de ser relevante, mais meios de locação para abarcar todas as situações. Não tem qualquer problema em aprovar este regulamento se houver dinheiro e se a dotação permitir mas não podemos deixar de ter sempre a componente financeira, ainda de alguma forma em equação. A questão que coloca é se a autarquia tem condições financeiras para suportar todos esses encargos. Qual o valor anual previsto para o apoio ao transporte dos estudantes do ensino superior residentes em Mondim? Se forem poucos tudo bem porém se forem muitos as coisas agravam-se. Portanto quantos estudantes contempla? -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que a autarquia, para apresentar esta proposta, terá que ter condições de poder suprir o custo. Deu nota que no ano passado foram quase 80 alunos do ensino superior que recorreram a este apoio. Acha que no horizonte dos estudantes do ensino superior do concelho que é bastante significativo e que também os responsabiliza ainda mais para poder continuar com este apoio porque não vem só suprimir a falta de rede pública de transporte mas também não deixa de ser um apoio para as famílias. Portanto é um custo que mesmo que tivesse oferta seria um custo e, desta forma, além de ser uma oferta de um transporte que não existe, não deixa de ser também um apoio para as famílias. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Aprovação da Primeira Alteração ao Regulamento de Apoio ao Transporte de Estudantes do Ensino Superior Residentes no Concelho de Mondim de Basto** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.7- Aprovação da Revisão à Estratégia Local de Habitação -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que foi aprovada a primeira versão e, no âmbito da sua implementação, verificou-se que ficava aquém das necessidades do concelho. Esta segunda proposta, esta revisão, que aumenta significativamente o número de beneficiários, foi feita e foi concretizada com os serviços do município mas também com a auscultação dos senhores



presidentes de juntas de freguesias, aos quais também agradeceu a participação e a colaboração porque efetivamente queriam apresentar uma estratégia que, sendo ambiciosa, tirasse proveito desta oportunidade de terem financiamento para a reabilitação de habitações mas também fazê-lo procurando dar resposta aquilo que foi identificado pelos senhores presidentes de juntas de freguesias. Pode-se dizer que é ambiciosa em relação à primeira mas é necessária e é um financiamento que teremos obviamente toda a vontade de poder aproveitar e implementar. Se o conseguirmos fazer é a nossa comunidade que irá beneficiar certamente. -----

O deputado **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que esta alteração se deve em grande medida à multiplicação do número de agregados que reúnem condições para usufruir dos apoios financiados, ao abrigo do programa do Governo Primeiro Direito, com o dinheiro do PRR, algo que merece até alguma preocupação pelo facto deste aumento de famílias a precisar desta situação. De qualquer das maneiras trata-se de uma estratégia ambiciosa e esperam que se concretize e congratulam o Executivo por esta medida. -----

O deputado **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que, sobre a estratégia local da habitação, olhando para o documento em si e pela análise do quadro, verifica-se que houve uma degradação substancial do tecido habitacional em Mondim de Basto desde a estratégia inicial até à sua primeira alteração. O aumento de casos identificados como necessitados de intervenção triplicou. Na realidade os índices de apoio, de dificuldades, de carências a vários níveis são preocupantes. Mas também não podemos esquecer de que a classe média que paga os impostos, que de alguma forma assume todos os custos, nunca está colocada em lado nenhum. Pois são aquelas questões que também temos que pensar. Podemos afirmar que a política de habitação social até a data foi nula. Na sua perspetiva esta lacuna da falta de investimento na área de habitação deve urgentemente ser corrigida com forte investimento, sim, mas abarcando um leque maior de classes sociais em detrimento de gastos menos essenciais. E fugindo um bocado a este assunto, colocou um outro que não tem relação nenhuma mas gostava de perceber o que está a Câmara a pensar concretizar na Tapada da Telha. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra



SNE

para explicar que houve uma alteração das necessidades dos agregados familiares nos últimos três anos, entre a estratégia apresentada e a atual. Efetivamente, a primeira estratégia foi apresentada e o executivo anterior tinha certamente os seus propósitos mas não houve este aumento em três anos. Esta é uma realidade que, eventualmente, com outras condições e com outro tempo de preparação da candidatura fará toda a diferença. Quanto à questão da Tapada da Telha está já em fase de conclusão o regulamento para podermos depois colocar em hasta pública os lotes do loteamento. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Aprovação da Revisão à Estratégia Local de Habitação** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.8- Aprovação da Assunção de Encargos plurianuais para o pagamento das tarifas resultantes da ligação da rede de saneamento à ETAR de Britelo -----

O deputado **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que este assunto que estão a aprovar é um assunto delicado, na sua ótica. Relativamente a este assunto considera importante que se recorde todo o historial deste processo. Em 27 de novembro de 2006 foi celebrado entre o município de Mondim de Basto e as então Águas do Ave o contrato de recolha de efluentes. Nesse contrato, as então Águas do Ave seriam responsáveis pelas que estão em alta e em baixa em todo o concelho. Ainda nesse contrato, o município de Mondim de Basto procederia à entrega de todas as infraestruturas do sistema de drenagem de águas residuais existentes, nomeadamente colectores, a estação de tratamento de águas de Mondim de Basto e a fossa séptica coletiva de Atei. Em contrapartida, as Águas do Ave eram obrigadas a investir em toda a área do município cerca de 15 milhões de euros para execução da rede de drenagem de águas residuais, construção de mini Etares em todas as aldeias do concelho e a construção de uma nova Etar na Freguesia de Mondim de Basto. A implementação deste protocolo ficava condicionada à resolução pelas Águas do Ave do problema de infiltração de águas pluviais existentes na rede de saneamento da Vila de Mondim de Basto. Enquanto esse problema não fosse resolvido o município não procederia a entrega formal de todas as infraestruturas acima referidas. Esse problema nunca foi resolvido pela Águas do Ave e, consequentemente, teve início o problema de infiltrações de água e o município de



me

Mondim de Basto não procedeu à entrega formal de nenhuma das estruturas da rede de águas residuais pois não estava disposto a pagar as águas pluviais como se de águas residuais se tratasse. A 11 de Setembro de 2015, por decisão da Assembleia Municipal, foi aprovada a desvinculação do município de Mondim de Basto desse contrato alegando o então Presidente de Câmara, Engenheiro Humberto Cerqueira, por, e transcreve-se, “ser desajustada a realidade existente no Concelho, podendo lesar o interesse das populações e porque não trazia qualquer benefício adicional à população mondinense, implicaria um aumento das taxas praticadas para autarquia para o fornecimento desse mesmo serviço”. A 21 de junho de 2018, por deliberação da Câmara Municipal, foi aprovado um memorando entendimento com as Águas do Norte no qual o sistema de drenagem de águas residuais em alta na freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto passaria a ser da responsabilidade das Águas do Norte. Esta proposta foi aprovada com o voto contra do CDS e nunca foi presente a nenhuma reunião da Assembleia Municipal para ratificação e aprovação. O que três anos atrás era mau passou a ser bom pelo então executivo. Em face do exposto questiona-se de que forma foram calculados os caudais de águas residuais que efetivamente o município terá de pagar. Foi feita alguma diligência das Águas do Norte no sentido de se apurar qual o real fluxo de efluentes de águas residuais que teremos que começar a pagar ou iremos também pagar o enorme caudal de águas fluviais que durante todo o ano passará a ser contabilizado pelo contador de efluentes que será colocado pela Águas do Norte? Será legítimo assumir compromissos plurianuais com base no contrato de recolha de efluentes celebrado em 27 de novembro de 2006 com a extinta Águas do Ave e cuja resolução foi aprovada em reunião da Assembleia Municipal de 11 de setembro de 2015, deixando por isso de estar em vigor, e ainda com base no memorando de entendimento de 21 de Junho cuja aprovação nunca foi presente a esta Assembleia Municipal? Por muito que queiramos que a Etar de Mondim seja desativada e que a poluição que a mesma provoca nas águas do rio Tâmega que logo abaixo são levadas para a rede de abastecimento de águas públicas da Freguesia de Mondim de Basto se resolva, não pode deixar de colocar estas questões dados os valores de 164.000 euros anuais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

[Handwritten signature]

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que o processo de entrega da gestão do sistema de saneamento do nosso concelho à empresa Águas do Ave está muito bem descrito nesta proposta. O processo de entrega da gestão em regime de exclusividade data de 2006, uma decisão que passou por todos os órgãos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, onde estavam representados todos os partidos políticos que hoje aqui se encontram nesta Assembleia. Era então o PSD que liderava o Executivo como aliás é hoje. Poderia ser apenas uma votação de uma proposta que representa mais um passo neste compromisso assumido então. Mas o atual executivo, à sua boa maneira, perturba a discussão que é realmente essencial com mais uma iniciativa onde pretende encontrar responsáveis por algo que não tem coragem de assumir, enfrentar e trabalhar no sentido de, perante aquilo que é agora a realidade, tomar as melhores decisões em defesa do interesse dos mondinenses. Questionou o senhor Presidente no sentido de saber se não é verdade que, como diz no ponto 16 da proposta, o memorando de entendimento celebrado em 2018 assuma a natureza de alteração contratual. Não é verdade porque nenhuma cláusula do contrato de 2006 é alterada com este memorando. Deixou um desafio para que todos nesta sala, bem como os que estão a ouvir em casa, fiquem definitivamente a saber se o senhor Presidente defende assim tanto a transparência. No ponto 8 desta proposta diz, e bem, em consequência de todo o processo antes descrito foi assinado entre o município e a Águas do Ave o respetivo e consequente contrato de recolha de efluentes. Referiu que queria através desta sua intervenção solicitar uma cópia do referido contrato para que assim, na próxima Assembleia, todos possam ficar mais esclarecidos. Nunca o Partido Socialista, apesar de ser claro e objetivo o momento em que o nosso concelho ficou comprometido com este encaminhamento, perdeu tanto tempo em iniciativas a tentar responsabilizar o Executivo que lhe precedeu. O nosso tempo foi despendido para procurar sempre a melhor solução tendo presente a realidade do momento. Falamos de ações em Tribunal para cessar a emissão de faturas de serviços não prestados a coberto de contratos que não foram assinados, aliás, processo esse que está na lista de processos que constam da informação do executivo para quem quiser ver. O anterior executivo tomou algumas iniciativas para abandonar o sistema que sempre esbarraram no compromisso assumido em 2006. Veja-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

[Handwritten signature]

se por exemplo a apresentação de uma candidatura para a construção de uma nova Etar em Mondim, chumbada, não por qualquer memorando, mas por causa dos compromissos assumidos em 2006. O dossier da candidatura está disponível na Câmara Municipal e traria uma cobertura de 55% do território em relação ao saneamento quando não chegava aos 20% em 2009. Isto leva-nos à pergunta que realmente importa: o que fez o Executivo para assegurar que vamos ter uma rede mais eficiente agora que vamos todos pagar pelos metros cúbicos de efluentes que passarem a ponte do Tâmega para Celorico? Não se desculpe com o passado pois estamos a meio do mandato. Que taxa de cobertura da rede de saneamento vamos ter em 2025 quando este mandato terminar? ---

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para deixar uma nota. Crê que falar em responsabilização do passado, para quem andou doze anos a falar no saneamento financeiro, fica um pouco aquém daquilo que é efetivamente a responsabilidade da atuação política. Fez uma pequena resenha daquilo que é o processo. De facto, a informação transcreve de uma forma sucinta aquilo que é o processo e aquilo que teremos também que aprovar. O deputado Fernando Silva fez uma explicação cronológica do processo mas referiu que iria fazê-lo também de forma mais sucinta. Em 2006, o município de Mondim de Basto passou a integrar o sistema multimunicipal do Vale do Ave na componente de saneamento de águas residuais. Em consequência da fusão verificada do sistema multimunicipal do Minho, Cavado e Vale do Ave, foi criado o sistema multimunicipal do Noroeste com a assinatura do respetivo contrato de concessão, assinado em junho de 2010. Em 2015 verificou-se a fusão entre as Águas do Noroeste com o sistema multimunicipal de Trás-os-Montes dando origem às Águas do Norte com a assinatura do contrato desta concessão em junho de 2015. De 2006 a 2018, data da assinatura do memorando de entendimento entre o município e as Águas do Norte, não foi concretizada a integração da Etar de Mondim de Basto no sistema multimunicipal das Águas do Norte ou qualquer outra ação de investimento tal como vinha referido no contrato de 2006. Assim sendo, o memorando de entendimento é a primeira ação do município para concretizar o contrato de concessão de 2006. Factualmente é um grande entendimento, um instrumento jurídico de concretização do contrato de 2006 e, com isto, o documento fundamental para o não retorno. É também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

1
gre

com o memorando de entendimento que são alterados os compromissos de financiamento com os fundos comunitários. Os argumentos do Partido Socialista sobre o facto de uma candidatura ter sido chumbada devido ao contrato anterior é facilmente desmontada pela informação presente no memorando onde se refere, e passo a citar, “o município de Mondim de Basto compromete-se a efetuar as diligências necessárias junto do POSEUR no sentido de se proceder não só á reprogramação da candidatura apresentada pelo Município designada POSEUR 03/2012 FC 1005 e cuja designação é reformulação, ampliação da Etar de Mondim de Basto, como também alteração da respetiva titularidade para as Águas do Norte”. Ou seja, havia de facto uma candidatura a decorrer mas o município retira a candidatura para que possa de facto ser alterado o acordo com o memorando que foi assinado. Não obstante da programação da Etar de Britelo já estar prevista antes da assinatura do memorando, é este memorando que determina que a responsabilidade de gestão da Etar de Mondim de Basto continuará da responsabilidade do município até a data da concretização da ligação. Efetivamente havia o compromisso de ser as Águas do Norte a assumir a gestão e a manutenção da Etar de Mondim de Basto. A partir do momento em que é assinado este memorando essa responsabilização das Águas do Norte do investimento na Etar de Mondim de Basto fica sem efeito. Não deixa de ser ambíguo também existir uma ação em tribunal das Águas do Norte contra o município desde 2016, no valor sensivelmente de 300.000 €, quando em 21 de junho de 2018, dois anos depois de esta ação entrar em Tribunal, o Executivo assinou um memorando de entendimento com a mesma entidade alterando juridicamente a natureza da alteração contratual ao contrato celebrado com a extinta Águas do Norte sem no entanto resolver este problema jurídico que ainda hoje continua a estar ativo. A questão que se coloca é se haveria alguma alternativa à assinatura de um memorando de entendimento nos termos em que foi assinado. De 2006 a 2018 não se conhece qualquer ação jurídica ou estudo jurídico para possibilitar a anulação do contrato de concessão de saneamento de água residuais. Não havendo essa ação, deveria o município exigir o cumprimento do contrato, ou seja, que a gestão efetivamente fosse atribuída às Águas do Norte e com o devido investimento que estava assumido também nesse contacto. Portanto, não havendo esta ação, deveria ter existido um movimento do contrato



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

me

nomeadamente a entrega da respetiva manutenção da Etar de Mondim de Basto às Águas do Norte. Independentemente destas alternativas no caso concreto só assinaria um memorando de entendimento com a resolução da ação pendente contra o município já existente há cerca de dois anos no valor de cerca de 300 mil euros que até hoje continua pendente e portanto a verdade é que hoje deparamo-nos com o assumir de uma despesa anual que se prolongará nas próximas décadas e que se prevê já para o ano de 2024 de 165.000 €. Independentemente deste esclarecimento estamos aqui para dar continuidade aos compromissos assumidos no passado porque o município é uma pessoa de bem e sem esta deliberação não será possível assumir os pagamentos devidos. -----

O deputado **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que, das questões colocadas relativamente a este memorando, colocou uma questão que para si é basilar que é saber se foi feita alguma diligência no sentido de se apurar qual é o real fluxo de efluentes de águas residuais e como é que fizeram o cálculo. Considera que calcular o valor das águas no verão é diferente no inverno. Há algum compromisso nesse sentido e há aqui alguma negociação que está na base para podermos ter um valor que seja razoável? -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que efetivamente foram feitos os cálculos e têm vindo a identificar que de facto existem canais de águas pluviais a entrar na rede de saneamento, tendo estado a corrigi-los. As próprias Águas do Norte também disponibilizaram meios técnicos para ajudar a identificar e para posteriormente podermos também fazer essa alteração e, portanto, desde o início do ano que temos andado a ser pressionados para que esta ligação se concretize. Temos vindo a adiar também com a vontade de fazer esse estudo. As Águas do Norte também se disponibilizaram para continuarmos a fazer estes estudos com equipamento técnico também mais apropriado porque também não é do interesse deles que em termos, até daquilo que é o esforço da Etar e da capacidade da Etar em poder absorver uma quantidade muito significativa de águas pluviais, também não é do interesse deles que isso aconteça até porque em termos de equipamento não será certamente a melhor situação e a melhor condição para a sua manutenção. Mas sim já fizemos desvios, é um trabalho que temos que continuar a fazer, até porque depois o contador



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

1
SME

efetivamente irá trabalhar, iremos ser obrigados a fazer o pagamento. Dar nota que estes valores que aparecem aqui como estimativa para o próximo ano são exatamente com base nos contadores e nos estudos que foram feitos ao longo deste ano o que no fundo nos permite fazer uma avaliação daquele que poderá ser o custo assumido no próximo ano que será um custo que irá necessitar de um esforço financeiro da autarquia. É por isso que hoje estamos também a trazer esta esta proposta porque implica aqui investimento plurianual e teremos que o assumir para poder efetivamente concretizar esta ação. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que lhe parece claro que há aqui uma vontade de passar responsabilidades, parece que estamos a atirar de um lado para outro, mas que o que importa realmente é que o senhor Presidente da Câmara não tem nada para mostrar independentemente disto. Isto parece-lhes um documento de natureza partidária mas que facilmente se desmonta se trouxer os documentos como pediu na sua intervenção. Terminou dizendo que daqui a dois anos cabe aos mondinenses fazer esta análise. -----

O deputado **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que considera o memorando lesivo pelo que irá votar contra esta proposta. -----

O deputado **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para solicitar ao plenário autorização para o senhor Vereador Paulo Mota usar da palavra para explicar este assunto visto que acompanhou o processo. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, colocou à votação do Plenário esta solicitação que foi aprovada por maioria com onze votos a favor e dez votos contra. -----

O senhor Vereador **Paulo Jorge Mota da Silva** usou então da palavra. -----

Devido a uma interrupção do sistema de gravação online não foi possível reproduzir na íntegra a intervenção do senhor Vereador Paulo Jorge Mota da Silva. No entanto, o senhor Vereador Paulo Mota disponibilizou a sua intervenção que se passa a transcrever: *« Novamente sou obrigado a intervir para esclarecer o seguinte. Não é verdade que o contrato assinado em 2006 considere a recolha de efluentes em alta e baixa. Apenas diz respeito ao serviço em alta. Da mesma forma, não é verdade que considere obrigações de investimento no montante que aqui foi referido pelo deputado Fernando Silva, nem obrigações em resolver o problema das infiltrações na rede.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Tudo isso poderá ser esclarecido com a entrega do referido contrato, que a deputada Ana Patrícia já solicitou. Tal como já tivemos oportunidade de referir em reunião de câmara, não é verdade também, que o memorando de entendimento proceda a uma alteração contratual. Não poderia ser. E isso é evidente na proposta. Num dos pontos refere que a suposta alteração contratual diz respeito à não integração da ETAR de Mondim de Basto no Sistema Multimunicipal, mas no ponto anterior, assume que a desativação da referida ETAR de Mondim de Basto, já estava prevista após a entrada em funcionamento da ETAR de Britelo. Na realidade, perante a impossibilidade de aprovação da candidatura para construção da nova ETAR, e perante a iminência de ver chumbada a candidatura para alargamento da rede de saneamento na Freguesia de São Cristóvão, o memorando assinado acabou por defender os interesses do Concelho. A grande questão foi, naquele momento, se deveríamos adiar mais uma vez a possibilidade de alargar a rede de saneamento. Decidimos pela solução que permitiu aprovar a candidatura e hoje a rede está alargada e pronta para servir grande parte da Freguesia de Mondim.»---

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da Assunção de Encargos plurianuais para o pagamento das tarifas resultantes da ligação da rede de saneamento à ETAR de Britelo que foi aprovada por maioria, com nove votos a favor, onze abstenções e um voto contra. -----

2.9- Aprovação do Contrato de Delegação de Competências, no âmbito do programa «Acesso para Todos», entre o Município de Mondim de Basto e a Freguesia de Atei -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para uma intervenção ainda relativamente ao ponto anterior para dizer que registava o facto do Partido Socialista não ter votado favoravelmente a uma solução em que teve implicação direta para que ela tivesse ocorrido. A senhora deputada falava há pouco da responsabilidade dos partidos e da responsabilidade também na ação que realizamos pelo queixava este registo. Relativamente à proposta, e tal como referiu há pouco, têm feito este trabalho com os Presidentes de Junta de Freguesias na indicação dos lugares a intervir e está confiante que de facto são obras importantes para a freguesia e que são certamente úteis também para a comunidade. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra dizer que iria intervir não sobre este assunto mas sim para explicar que o Partido Socialista optou pela

me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Jme

abstenção porque a proposta não se debruça apenas sobre o que é essencial. Em relação a isso, solicitou que o senhor Presidente trouxesse os contratos para poder debater sobre isso. Considera que o documento é de natureza partidária e é nesse sentido que foi a abstenção e não no sentido de contrariar. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **Aprovação do Contrato de Delegação de Competências, no âmbito do programa «Acesso para Todos», entre o Município de Mondim de Basto e a Freguesia de Atei** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.10- Aprovação do Contrato de Delegação de Competências, no âmbito do programa «Acesso para Todos» entre o Município de Mondim de Basto e a Freguesia do Bilhó -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **Aprovação do Contrato de Delegação de Competências, no âmbito do programa «Acesso para Todos», entre o Município de Mondim de Basto e a Freguesia do Bilhó** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.11- Retificação da Deliberação de Integração no Domínio Público Municipal de uma Servidão Administrativa de Aqueduto – Artigo 150º e 668º - da Freguesia de Atei -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **Aprovação Retificação da Deliberação de Integração no Domínio Público Municipal de uma Servidão Administrativa de Aqueduto – Artigo 150º e 668º - da Freguesia de Atei** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.12- Informação do Executivo -----

O deputado **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para, a bem da transparência, saber quais os valores gastos com as atividades culturais que foram desenvolvidas no concelho durante o verão. Julga que na última informação da atividade municipal vinham referidos esses valores mas nesta não vêm. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que provavelmente terá sido por lapso dos serviços porque efetivamente era um hábito trazer essa informação pelo que irão verificar o que poderá ter acontecido. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2.13- Intervenção do público -----

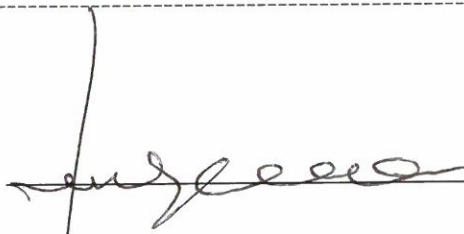
O cidadão Torcato de Moura, tendo -se inscrito para falar neste ponto da ordem do dia, usou da palavra para dizer que o problema que trazia era transversal a todos os concelhos. Relativamente aos licenciamentos das habitações referi que gostava de saber qual era o prazo máximo para a obtenção de uma licença de construção de habitação antes do senhor Presidente da Câmara tomar posse e depois de tomar posse. Questionou também qual irá ser o valor que os mondinenses vão pagar na fatura do saneamento ----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para responder que, relativamente aos prazos até à obtenção da licença, não conseguia precisar os prazos mas que com certeza era uma questão que tinham que agilizar e melhorar. Relativamente à questão do saneamento será um aumento significativo e não poderá ser cobrado aos munícipes sem haver alteração da taxa pelo que até lá será o município a assumir. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte e horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 9 de fevereiro de 2024, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----


Emília Gonçalves